

'I Fórum das Grandes Áreas do Conhecimento' apontou o caminho: Estabelecer os instrumentos de avaliação à luz dos objetivos institucionais

De 30 de maio a 1º de junho deste ano, a Universidade viveu um momento importante. Com a presença de 210 professores, foi realizado em Águas de Lindóia o "I Fórum das Grandes Áreas do Conhecimento: Avaliação do Trabalho Docente na Unesp".

No centro do debate, esteve um tema caro aos professores da instituição: a avaliação docente. Após palestras, discussões em grupos e em plenária, cada grande área – Exatas, Biológicas e Humanas – produziu avaliações e propostas.

A planilha, conjunto de indicadores de avaliação docente aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

(CEPE), em 2008, foi bastante discutida. Enquanto os docentes de Exatas e Biológicas, após refletirem sobre suas especificidades, propuseram modificações nos itens de avaliação, os de Humanos sugeriram a sua supressão (*veja detalhes na página 7 desta edição e, também, confira as sínteses de cada área em <http://www.ourinhos.unesp.br/forum/index.htm>*).

Foi majoritária a avaliação de que a Universidade cometeu um equívoco metodológico ao implantar um instrumento de avaliação sem antes definir os objetivos de cada área, dos departamentos e da instituição como um todo. "Antes de se definir quaisquer planilhas ou instrumentos do gênero, é preciso que as áreas do conhecimento façam o debate e se posicionem à luz do Plano de Desenvolvimento Institucional recentemente aprovado na Unesp", destacou a professora Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, ex-diretora da Adunesp e ex-conselheira do CEPE, integrante da Comissão Organizadora do I Fórum.

"O instrumento deve existir em função do objetivo e não o contrário. Não se pode avaliar a atuação do docente de forma des-

As fotos do evento foram cedidas ao **Adunesp Informa** pela Comissão Organizadora



O 'I Fórum' registrou a presença de 210 pessoas. Os critérios permitiram a participação de 5% dos docentes em cada unidade

colada das condições de trabalho, do projeto Departamental, da Unidade e da própria Universidade", ponderou Sueli, em entrevista ao **Adunesp Informa** (pág. 9).

Durante o 'I Fórum', as três grandes áreas apontaram a necessidade de priorizar a avaliação qualitativa, com mecanismos a serem construídos coletivamente pela comunidade, por área do conhecimento, ancorada no tripé ensino/pesquisa/extensão, aí incluída a pós-graduação. O caráter punitivo deve ser descartado. Foi comum nos três relatórios a indicação do departamento como espaço central da avaliação, através do Plano de Desenvolvimento Departamental (PDD), a ele subordinado o Plano Global de Atividades (PGA) de cada docente.

Como bem situou a professora Hélia Sonia Raphael, do Câmpus de Marília, uma das debatedoras durante o 'I Fórum', "a quantificação, que não deixa de ser um aspecto importante, não responde a todas as questões que se levantam como importantes para a qualidade docente, seja pela sua generalidade, seja pela falta de infor-

mações qualitativas" (*confira entrevista na página 8*).

Marcante no evento, a palestra de Carlos Henrique Brito Cruz, professor da Unicamp e diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de SP (Fapesp), foi ao encontro das conclusões que seriam apontadas nos grupos. Ele criticou o que chama de "numerificação" da atividade docente. "Não concordo com um sistema quantitativo, como o uso da tabela que 'numerifica' o julgamento", disse. Para ele, a Universidade ignora as características individuais de cada departamento ao estabelecer valores numéricos para cada ação que o docente realiza.

O 'I Fórum' contou com outros palestrantes, como Antonio Felipe Wouk, da Universidade Federal do Paraná, Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Roberto Grandini, presidente da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da Unesp, e Jorge Roberto Pimentel, assessor do vice-reitor em exercício da Unesp.

Os membros da comissão

Área de Ciências Exatas

- . Olga Maria M. de Faria Oliveira (IQAr) - Presidente
- . Alcides Padilha (FEBa)

- Área de Ciências Humanas

- . Andréa Aparecida Zacharias (CE-Ourinhos)
- . Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (FFCM)

- Área de Ciências Biológicas

- . Andréia Affonso Barretto Montandon (FOAR)
- Carlos Alberto Anaruma (IBRC)

- Representante da Comissão Permanente de Avaliação

- . Carlos Roberto Grandini (Presidente da CPA)



Relembrando

A realização do 'I Fórum' tem suas origens em 2009, quando a planilha foi implementada para analisar os relatórios de docentes que iniciaram o triênio em 2008. Na aplicação, constatou-se uma série de problemas, como o teto máximo de pontuação, deixando trabalhos importantes de fora; dificuldades de compreensão e especificação do item *Outros*, em diferentes dimensões; e, principalmente, a especificidade das diferentes áreas do conhecimento. Alguns problemas, o CEPE já resolveu de imediato, como o fim do teto de pontuação da planilha.

Frete ao quadro, o CEPE formou uma Comissão (veja composição no box na pág. anterior) com a finalidade de rever os critérios mínimos para o desempenho docente. Após analisar todas as manifestações encaminhadas pelos departamentos à CPA, a Comissão classificou-as

(dificuldades e sugestões) por áreas de conhecimento: Humanas, Biológicas e Exatas. O documento produzido pela comissão foi aprovado na reunião do CEPE em fevereiro/2011,

que também definiu a realização do "I Fórum das Grandes Áreas do Conhecimento: Avaliação do trabalho docente na Unesp".

A preparação para o evento envolveu a indicação de 5% dos docentes de cada unidade universitária ou campus experimental. A Comissão indicou três questões para subsidiar os debates e o envio de propostas que acabaram compondo o caderno do 'I Fórum':

- Quais seriam as prioridades do trabalho docente, considerando a sua área de conhecimento?
- Há critérios de avaliação específicos do trabalho docente, em sua área de atuação, avaliados pela Unesp? Em caso de resposta afirmativa, quais seriam estes critérios? Em caso de resposta negativa, aponte quais deveriam estar presentes.
- Considerando as especificidades e prioridades de sua área de conhecimento e as diretrizes institucionais da Unesp (PDI), de que forma estas poderiam ser incluídas num instrumento para avaliação do trabalho docente na Universidade?



A professora Sueli apresenta os debatedores da mesa-redonda "Avaliação do trabalho docente na Universidade: por quê, para quê e como?": Wouk (UFPR), Brito Cruz (Unicamp/Fapesp) e Leher (UFRJ)

Planilha foi questionada pelas três áreas

Após as palestras e debates realizados durante o 'I Fórum', cada uma das grandes áreas dividiu-se em grupos para aprofundar as discussões e apresentar propostas. Ao final, os grupos reuniram-se e produziram um texto por área. Um dos pontos centrais nas discussões dos grupos foi a planilha de avaliação, instituída pelo CEPE em 2008.

O documento produzido pela área de Exatas considera que a planilha precisa ser modificada, eliminando os itens compulsórios, assim como a obrigatoriedade de pontuação mínima, e descartando qualquer caráter punitivo. "A avaliação docente deverá dispor de instrumentos quantitativos e qualitativos, na forma descritiva, que retratem fielmente a atividade docente, devendo ser de natureza orientadora", destaca o texto. A proposta é de revisão da planilha num 'II Fórum'.

O relatório da área de Biológicas considera que a planilha deve ser mantida, "desde que aprimorada quanto às atividades contempladas e pontuação". O texto também sugere que as discussões sobre o aprimoramento da planilha sejam realizadas num fórum específico para esta finalidade. Para o pessoal desta área, "a avaliação deve ser qualitativa, diagnóstica, por área do conhecimento e não punitiva".

O relatório da área de Humanas indica a supressão da planilha. "Sua reforma nos parece impossível", diz o texto,



Alguns dos grupos de discussões montados durante o 'I Fórum'

em referência ao caderno preparatório ao 'I Fórum', um documento de 144 páginas que reflete as mais diversas queixas vindas de todas as unidades da Unesp. "Somos plenamente favoráveis à implantação de um sistema de avaliação docente e acreditamos que ele é indispensável. No entanto, a avaliação docente deve ser 'negociada'. Ela não pode ser imposta, unilateralmente, pelas instâncias superiores da universidade. Ela deve resultar de um amplo debate, e precisa, ainda, contemplar as especificida-



Confira no site da Adunesp

• Caderno preparatório ao 'I Fórum', contendo a sistematização das propostas enviadas pelas unidades universitárias e campus experimentais antes do evento.



• Relatório final da área de Exatas.

• Relatório final da área de Biológicas.

• Relatório final da área de Humanas.

• Documento final sistematizado pela Comissão Organizadora e aprovado pelo CEPE em sua reunião de 13/9/2011.



Na foto mais à esquerda, relatores dos grupos das três grandes áreas preparam-se para apresentar as propostas à plenária final

des das três grandes áreas do conhecimento”, enfatiza o documento da área de Humanas, que propõe a continuidade dos debates num novo fórum sobre o tema.

PDD e PGA

Os relatórios das três áreas apontam que a avaliação deve ser feita por departamento, através do Plano de Desenvolvimento Departamental (PDD), tendo por base a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão. Neste tripé, deve estar inserida a pós-graduação. Ao

PDD, estará subordinado o Plano Global de Atividades (PGA) do docente.

CV Lattes

Outro ponto consensual entre as três áreas foi que o instrumento quantitativo da avaliação deve estar em consonância com o CV Lattes. Para a área de Biológicas, quando necessário, opcionalmente, o CV Lattes deve ser complementado com uma análise crítica sucinta das atividades. Para a área de Humanas, além do Lattes, devem compor a avaliação docente: síntese autoavaliativa do professor e síntese avaliativa do departamento, ambos no triênio.

Valorização da graduação

Nos três relatórios, foi coincidente

a proposta de valorização da graduação, considerando-se não apenas o tempo em sala de aula, mas também atividades de planejamento e formação fora da classe, estágio supervisionado, orientação de alunos, bancas, TCC, preparação de aulas e correção de provas etc.

Artigo 57 da LDB

A necessidade de revisão da regulamentação do artigo 57 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, foi outro ponto presente nos relatórios de todas as grandes áreas. A reivindicação é que o conceito de hora aula adotado pela Unesp seja ampliado, não se restringindo somente à sala de aula.

Como é hoje

A partir da definição dos critérios pelo CEPE, em 2008, a planilha entrou em vigor, sendo igual para as três grandes áreas. Em março de 2011, os docentes apresentaram o primeiro relatório trienal. Segundo o professor Carlos Roberto Grandini, presidente da CPA, durante palestra no ‘I Fórum’, os pareceristas avaliam o CV Lattes, que relaciona as principais atividades dos docentes, e emitem relatórios com notas, aferidas a partir da planilha.

Para que tenha seu relatório trienal aprovado, o docente precisa atingir pelo menos 70 pontos em atividades que podem ser cumpridas em cinco dimensões: graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e gestão universitária. Neste total, algumas exigências são compulsórias. Entre 50 e 70 pontos, o professor será informado que precisa melhorar seu desempenho. Com menos de 50 pontos, corre o risco de perder o seu regime de trabalho.

Entrevista

“A avaliação deve ser elemento de mediação para o redimensionamento do papel social da Universidade”

Para a professora **Hélia Sonia Raphael**, do campus de Marília, uma das debatedoras durante o ‘I Fórum’, dois tipos de avaliação permeiam as instituições de ensino superior no país: a negociada e a tradicional, sendo esta última majoritária. Nesta entrevista ao **Adunesp Informa**, ela situa a Unesp neste debate e propõe: “Uma avaliação departamental, de natureza qualitativa, poderia complementar o levantamento quantitativo hoje utilizado.” Acompanhe:

Adunesp - Qual é a importância da avaliação no contexto do ensino superior?

Hélia Sonia Raphael - A avaliação do ensino superior, falando-se da avaliação institucional, reveste-se da maior importância, principalmente no sentido de estabelecer níveis da qualidade do ensino e tomar decisões. A expansão e a democratização da Universidade exigem que se controle a qualidade dos programas de formação de profissionais para o mercado, de modo a garantir pontos essenciais para o exercício profissional. Por outro lado, os resultados obtidos nos

processos avaliativos demandam decisões, de caráter técnico, curricular, social e político. Não se pode pensar a avaliação pela avaliação, mas a avaliação como elemento de mediação a medidas de melhoria, para o redimensionamento do papel social da Universidade.

Adunesp - Em sua exposição durante o ‘I Fórum’, foi destacada a existência da ‘avaliação negociada’ em contraposição à ‘avaliação tradicional’. O que é essencialmente diferente entre ambas?



Qual predomina na educação superior brasileira?

Hélia Sonia - A avaliação tradicional é feita numa via de mão única: o avaliador tem o papel de propor e aplicar instrumentos; o avaliado executa e é classificado dentro de um quadro criterial pré-estabelecido, do tipo: aprovado ou reprovado; insatisfatório, satisfatório ou plenamente satisfatório. A avaliação negociada busca o consenso, supondo a heterogeneidade, diversidade de valores e respeitando as diferenças. Constitui-se em um processo interativo e essa interatividade é um determinante de resultados, no sentido de criar situações apropriadas a uma dialogicidade. Sem dúvida, a avaliação predominante é a do tipo tradicional, haja visto os questionários do INEP, segundo os quais é avaliada a maioria das universidades.

Adunesp – Qual é a fundamentação da avaliação negociada?

Hélia Sonia - Quando se trabalha com uma avaliação negociada, a fundamentação é o construtivismo. Nesse sentido, as estruturas existentes sofrem constante processo de mutação, buscando consensos onde há dissensos, informações onde faltam fundamentos. É um processo contínuo baseado numa metodologia dialética, e uma forma de trabalho em que diferentes setores participam e assumem responsabilidades, preocupações e proposições.

Adunesp - Em seu ponto de vista, como deveria se dar a avaliação na Unesp?

Hélia Sonia - Temos hoje, na Unesp, uma avaliação de caráter quantitativo, mas ainda precisamos pensar numa avaliação qualitativa. A quantificação, que não deixa de ser

um aspecto importante, não responde a todas as questões que se levantam como importantes para a qualidade docente, seja pela sua generalidade, seja pela falta de informações qualitativas. Nesse sentido, uma avaliação departamental, de natureza qualitativa, poderia complementar o levantamento quantitativo hoje utilizado.

Adunesp - Qual contribuição o 'I Fórum' deu para avançar a discussão sobre avaliação docente na Unesp?

Hélia Sonia - O Fórum abriu um debate interessante e extremamente necessário para a academia. Se pregamos uma avaliação moderna, de caráter negociado e baseado nas construções de diferentes setores, essas construções advêm de situações interativas, com a finalidade de se buscar consensos e estabelecer comunicações.

Entrevista

“Não se pode avaliar a atuação docente de forma isolada”

A professora **Sueli Guadalupe de Lima Mendonça**, ex-diretora da Adunesp e ex-conselheira do CEPE, integrante da Comissão Organizadora do 'I Fórum', faz um balanço bastante positivo do evento. Para ela, a atividade comprovou o que a maioria já sabia: o processo de avaliação docente começou de forma invertida na Unesp. “O instrumento deve existir em função do objetivo e não o contrário”, afirma Sueli, em referência à planilha. Acompanhe:

Adunesp Informa - Qual é a sua avaliação sobre o processo que culminou com a realização do 'I Fórum'? *Acredita que conseguiu envolver a categoria?*

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça – Há muito tempo, desde a realização da Assembleia Universitária, em 2000, não havia uma participação docente tão expressiva na Unesp. Nunca houve em nossa Universidade uma discussão sobre a avaliação docente como iniciativa institucional. Como as unidades tinham que enviar contribuições sobre o tema antes do evento, os resultados superaram as experiências anteriores. A forma de representação, com 5% de cada unidade e por área do conhecimento, deu autonomia às unidades. Foi importante a Comissão Organizadora ter sugerido as questões centrais para o debate (NR: veja detalhes na pág. 7).

Adunesp – A avaliação docente é um tema central para a categoria?

Sueli – A movimentação em torno ao 'I Fórum' comprovou que a avaliação docente é premente junto à categoria, tanto quanto os salários. Isto porque a

intensificação do trabalho docente aumenta muito o nível de cobrança. Os professores têm a sensação de que nunca estão em dia com suas atividades e que cada vez lhes sobra menos tempo, o que os deixa angustiados. Um refinado discurso envolve a qualidade, mas a tônica é a superexploração do trabalho docente. A consequência de tudo isso é o adoecimento da categoria.

Adunesp – Qual balanço faz da realização do Fórum?

Sueli – As pessoas queriam falar e isso gerou debates muito gratificantes. Acredito que o produto mais importante do 'I Fórum' seja a comprovação de que o processo da avaliação docente na Unesp começou do lado errado. Ou seja, o instrumento deve existir em função do objetivo e não o contrário. Não se pode avaliar a atuação do docente de forma descolada das condições de trabalho, do projeto departamental, da unidade e da própria Universidade. Quando o Brito (NR: Carlos Henrique de Brito Cruz, da Unicamp e da Fapesp) defendeu o fim da “numerificação” da

atividade docente, em referência à planilha, houve uma aceitação generalizada entre os presentes. Também é importante destacar outros pontos importantes que surgiram nos debates deste 'I Fórum', como os questionamentos da regulamentação da Unesp ao artigo 57 da LDB, aprovada pelo CEPE em 23/03/1999, que define a carga horária mínima de 8h/aula semanais, considerada aula atividade desenvolvida somente em sala de aula; a ampliação do leque de atividades relacionadas à graduação; o fim dos itens compulsórios, entre outros.

Adunesp – Quais são os próximos passos a partir da realização do 'I Fórum'?

Sueli – Havia uma demanda reprimida muito grande nesta discussão e isso gerou debates importantes no 'I Fórum'. No entanto, não houve tempo para aprofundar as reflexões sobre o instrumento. O sentimento que fica é a necessidade de um segundo fórum para respondermos à seguinte questão: Qual é a relação entre avaliação institucional, avaliação departamental e avaliação do trabalho docente?

Participação intensa da comunidade expressa demanda reprimida por debate democrático



O 'I Fórum das Grandes Áreas do Conhecimento: Avaliação do Trabalho Docente na Unesp' contou com a participação de 210 pessoas.

*Ao final do evento, o Núcleo de Estudos de Práticas Pedagógicas (Nepp), órgão ligado à Pró-Reitoria de Graduação, levantou a opinião dos participantes e chegou à conclusão de que 92% consideraram que os objetivos foram atingidos ou parcialmente atingidos. O jornal **Adunesp Informa** colheu o depoimento de alguns dos presentes ao 'I Fórum':*

Antagonismos em pauta

Para o professor **Jefferson Nascimento de Oliveira**, da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (FEIS), o evento foi “bastante proveitoso, pois levou à discussão de aspectos relevantes e dos antagonismos existentes na academia sobre a sua própria visão de avaliação e dos futuros quereres”.

Lembrando que a avaliação é fundamental e necessária para o crescimento da instituição, ele considera que a questão central é saber como devemos proceder e quais pesos dar ao nosso próprio trabalho. “A avaliação nunca deve estática, pois a Universidade não o é, e sim deve ser dinâmica e buscar a real qualidade, principalmente buscar a melhoria dos cidadãos que formamos”, opina.

Ele avalia que a pergunta que fica deste 'I Fórum' e que exige a realização de novos encontros para ser respondida é: “Qual universidade queremos deixar para os novos docentes e para as futuras gerações?”

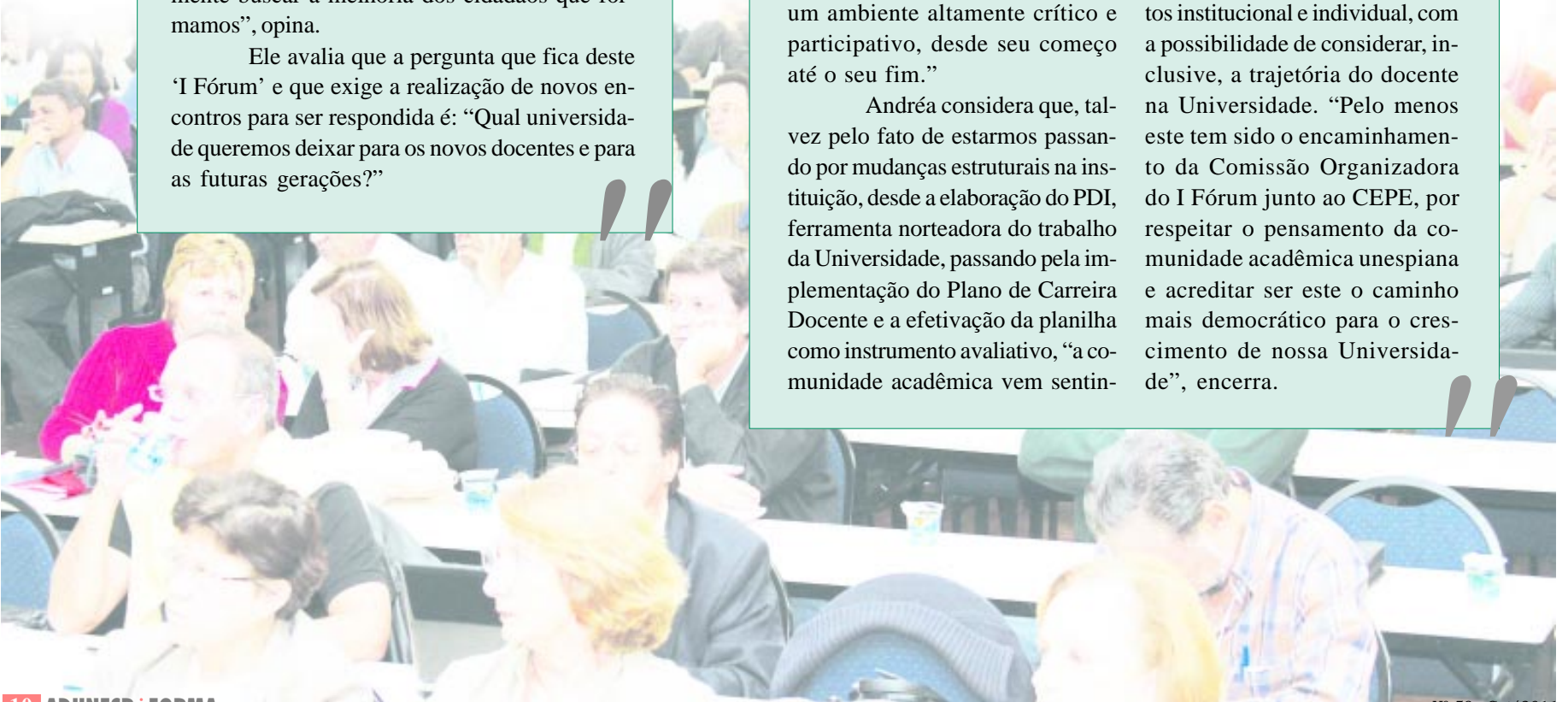
Real valoração do trabalho docente

Andréa Aparecida Zacharias, docente do campus experimental de Ourinhos, atualmente respondendo pela vice-coordenação executiva do campus, fez parte da Comissão Organizadora do 'I Fórum'. Para ela, o evento foi um marco dentro da Unesp. “Mesmo com tempo bem curto, a discussão iniciou-se democraticamente no âmbito dos Departamentos, dos Conselhos de Cursos, das Congregações ou dos Conselhos Diretores, no caso das Experimentais, o que fez do I Fórum um ambiente altamente crítico e participativo, desde seu começo até o seu fim.”

Andréa considera que, talvez pelo fato de estarmos passando por mudanças estruturais na instituição, desde a elaboração do PDI, ferramenta norteadora do trabalho da Universidade, passando pela implementação do Plano de Carreira Docente e a efetivação da planilha como instrumento avaliativo, “a comunidade acadêmica vem sentin-

do anseio por uma discussão mais ampla da real valoração do trabalho docente na Unesp”.

Para ela, analisando os documentos finais encaminhados pelas três grandes áreas, fica claro que este tema não se esgota no 'I Fórum' e que será necessário um segundo evento do mesmo tipo “para elaborar e aprimorar o instrumento de avaliação, estabelecendo critérios quali e quantitativos”. Com isso, ela acredita que será possível obter uma avaliação nos âmbitos institucional e individual, com a possibilidade de considerar, inclusive, a trajetória do docente na Universidade. “Pelo menos este tem sido o encaminhamento da Comissão Organizadora do I Fórum junto ao CEPE, por respeitar o pensamento da comunidade acadêmica unespiana e acreditar ser este o caminho mais democrático para o crescimento de nossa Universidade”, encerra.



Como medir a qualidade do que fazemos?

O professor **Carlos Alberto Anaruma**, docente do Instituto de Biociências de Rio Claro, membro da Comissão Organizadora do 'I Fórum', vê com bons olhos o processo de discussão em torno do tema avaliação docente e acredita que o conjunto dos docentes também. “No bojo da discussão, surgiram questões essenciais para o aprimoramento do processo de avaliação, dentre elas a necessidade de definirmos o instrumento de avaliação que melhor represente o conjunto de atividades por nós desenvolvidas, específico para cada grande área”, prossegue.

Para Anaruma, uma questão marcante, que requer aprofundamento, é: “Como medir a qualidade do que fazemos?” Ele cita ainda outros pontos importantes abordados no 'I Fórum', como a necessidade de atrelar o conjunto das atividades docentes a um projeto estratégico de Departamento; uma nova definição para o conceito de hora aula, entre outros.

O professor destaca, ainda, os seguintes questionamentos surgidos no 'I Fórum': Para que estamos avaliando o docente? Para aplicar um castigo? Para medir a sua produtividade? Para fazer um *ranking* de produtivos e improdutivos? Ou para enquadrar o docente em um projeto de universidade que integre e agregue? Que dê condições de trabalho e liberdade de atuação e criação? Que dê condições para servirmos e respondermos às necessidades da sociedade? Que sirva para a realização de políticas de capacitação, atualização e qualificação continuada dos docentes? “São questões que deverão

ser enfrentadas”, reforça.

Enfatizando os riscos que o processo atual de avaliação impõe aos docentes – “um clima de terror que gera sobrecargas de trabalho, competição, doenças, afastamentos e aposentadorias precoces” –, Anaruma considera que “não é produtivo, em uma Universidade da magnitude da Unesp, que os docentes deixem de fazer as atividades para as quais estão mais vocacionados em prol de outras que dão mais pontos na planilha”. Otimista em relação à realização de um novo Fórum, frisa que estamos caminhando para uma avaliação construída pelos docentes, que procure atender às suas necessidades e que deverá servir de instrumento para atingirmos as metas que estão colocadas no PDI.

“Como esta avaliação, sabemos, acaba mexendo com a vida do docente em todos os sentidos, sinto falta das ponderações e reflexões que o nosso Sindicato poderia estar promovendo neste momento”, prossegue Anaruma. “Sinto falta de uma discussão mais qualificada e mais politizada em torno das consequências que estas exigências podem ter sobre os docentes, mesmo porque alguns têm sofrido penalidades resultantes desta avaliação e isso passa a ser de interesse do Sindicato. O nosso docente esta desassistido e desorientado. Desta forma, o Sindicato não pode perder a oportunidade única de mostrar o norte para o conjunto da nossa categoria, facilitando a construção, tão esperada, de um consenso sobre o tema”, conclui.



Para além do instrumento quantitativo

A professora **Maria Valéria Barbosa**, do campus de Marília, foi uma das relatoras da área de Humanas durante o 'I Fórum'. Ela considera que o evento conquistou um envolvimento dos docentes maior do que se imaginava, o que é reflexo da importância do tema, que envolve elementos importantes, como a definição clara do projeto de Universidade, em que se articule a sua referência social, a formação dos estudantes, o lugar e a dimensão das atividades desenvolvidas por professores e funcionários e sua relação com a sociedade. “É preciso articular tudo isso com as especificidades das áreas do conhecimento”, assinala.

Valéria frisa que, nas últimas décadas, a Unesp vem delineando tanto um projeto de Universidade, como uma forma específica de avaliação, em que privilegia a quantificação. “Embora indicadores quantitativos de produção não devam ser rejeitados por si mesmos, é necessário considerar outras formas de avaliação que abordem os aspectos qualitativos das atividades de ensino, pesquisa e extensão”, diz.

Para a docente, a implantação da planilha manteve-se no campo da abstração até o momento em que os professores começaram a preencher o documento e a se deparar com seus problemas. “As críticas que vêm das unidades apontam para a limitação deste instrumento e a necessidade do instrumento quantitativo.”

Numa instituição pública – pondera Valéria –, a avaliação docente deve ser parte de um processo claro, em que o avaliado participe efetivamente. Ela também destaca a necessidade de inserir a avaliação individual no conjunto das atividades desenvolvidas pelo Departamento. “O processo avaliativo deverá ser composto quantitativamente pelo Lattes, nesse caso para todas as áreas do conhecimento e, posteriormente, por um instrumento qualitativo que deve ser definido por cada área”, finaliza.

CEPE aprova documento final da Comissão

Novo Fórum vai debater e definir instrumento

Na reunião do CEPE de 13/9/2011, a Comissão Organizadora do 'I Fórum' apresentou o documento final do evento, com uma síntese das propostas consideradas consensuais. A professora Olga Maria M. de Faria Oliveira, de Araraquara, presidente da Comissão, informa que todas as encaminhamentos foram aprovados. Caberá a um 'II Fórum', ainda com data a ser definida pelo CEPE, aprofundar a discussão sobre o instrumento de avaliação. "Não há dúvidas de que a Unesp dará um passo gigantesco para a configuração de um processo de avaliação que contemple os anseios dos docentes e, também, a qualidade da nossa instituição", ressaltou Olga. Ela enfatiza que o 'II Fórum' terá a mesma estrutura do primeiro, com a participação de 5% dos docentes de cada unidade.

No texto final apresentado pela Comissão ao CEPE, consta a avaliação de que a realização do I Fórum "proporcionou que a comunidade se expressasse sobre o processo de avaliação do trabalho docente, de modo democrático e representativo, respeitando as especificidades das grandes áreas do conhecimento". Dos relatórios finais elaborados pelas três grandes áreas do conhecimento – Exatas, Biológicas e Humanas – durante o evento, a Comissão destacou as seguintes propostas:

- Elaboração e/ou aprimoramento do Plano de Desenvolvimento do Departamento (PDD) e, deste, o Plano Global de Atividades (PGA) do docente;
- Sistematização de uma avaliação que contemple critérios **qualitativos** e **quantitativos**;
- Avaliação do trabalho docente por grande área do conhecimento;
- Revisão da regulamentação do Art. 57 da LDB e do próprio conceito de atividade docente e trabalho intelectual;
- Itens compulsórios deverão ser definidos pelo departamento, no seu PDD, e contemplados no PGA de cada docente;
- Realização de um 'II Fórum' para elaboração de instrumento de avaliação (critérios) **qualitativa** e **quantitativa**: Avaliação Institucional e Avaliação Individual.

Indicativos

Considerando que as suas atribuições iniciais foram superadas pelo 'I Fórum', que indicou um conjunto de questões essenciais

para o desenvolvimento da Universidade, além da avaliação, a Comissão apresentou os seguintes encaminhamentos, todos aprovados na reunião de 13/9/2011:

1. Elaboração e/ou aprimoramento do Plano de Desenvolvimento do Departamento (PDD) e, deste, o Plano Global de Atividades (PGA) do docente

O documento síntese da Comissão lembra que o PDD foi um dos pontos mais discutidos no evento e que sua importância estratégica já se faz presente no Estatuto da Universidade e no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A Comissão ressaltou que o PDD deverá estar articulado com o Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das unidades universitárias e da Universidade. "Assim, os Planos Globais de Atividades dos docentes deverão considerar tais diretrizes e os relatórios referentes ao trabalho docente deverão permitir a avaliação destas articulações", diz o documento.

A Comissão propôs ao CEPE que as unidades universitárias desencadeiem um processo de elaboração e/ou aprimoramento dos PDD de seus departamentos e Plano de Desenvolvimento dos Conselhos de Cursos (PDCC), no caso dos campus experimentais.

Os itens compulsórios deverão ser definidos, no PDD, pelo departamento e contemplados no PGA de cada docente. Caberá ao CEPE aprovar o PDD como um dos elementos norteadores da avaliação do trabalho docente na Unesp.

2. Sistematização de uma avaliação que contemple critérios qualitativos e quantitativos e Avaliação do Trabalho Docente por Grande Área do Conhecimento

Visando dar continuidade a este processo de discussão, a Comissão propôs ao CEPE a realização de um dia de discussão nas unida-

des, organizado pelos representantes docentes presentes no 'I Fórum' para estabelecer os critérios e parâmetros que deverão nortear a definição de uma avaliação **qualitativa** e **quantitativa** do trabalho docente, que contemple as especificidades por grande área do conhecimento.

3. Revisão da regulamentação do Art. 57 da LDB (deliberação do CEPE de 23-03-99) e do próprio conceito de atividade docente e trabalho intelectual

Considerando os indicativos presentes nos relatórios das três grandes áreas do conhecimento durante o 'I Fórum', a Comissão Organizadora propôs ao CEPE a constituição de uma comissão para apresentar uma nova proposta que atenda os anseios dos docentes, na perspectiva de ampliar o conceito de hora aula.

Para encaminhar este item, o CEPE aprovou a constituição de uma comissão mista, entre a Comissão Organizadora e representantes da CCG, CCPG, CCPE e CCEU. Esta comissão mista apresentará novos subsídios para as discussões relativas ao 'II Fórum'.

4. Realização do 'II Fórum das Grandes Áreas do Conhecimento'

O documento final da Comissão Organizadora do 'I Fórum', aprovado durante a reunião do CEPE de 13/9/2011, indica a realização do 'II Fórum das Grandes Áreas de Conhecimento', mantendo a mesma estrutura do primeiro evento. A data será definida em breve.



Membros da Comissão Organizadora e professores que contribuíram na realização do 'I Fórum', durante o encerramento do evento